



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº86/25 CS, DE 04 DE JUNHO DE 2025

Estabelece normas gerais sobre Segurança Escolar no Município de Formosa e dá outras providências.

Autoria: Ver. Subtenente Clésio

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA** aprova:

Estabelece normas gerais sobre Segurança Escolar no Município de Formosa e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas sobre a segurança escolar no Município de Formosa.

Parágrafo único. A segurança escolar é um direito de todos os usuários envolvidos no sistema municipal de educação e ensino e responsabilidade de toda a comunidade e instituições públicas e privadas em todos os níveis, devendo o Município instituir convênios e parcerias para o fomento de ações conforme as diretrizes apresentadas.

Art. 2º São diretrizes para a efetivação da segurança escolar:

- I - Elaborar e implementar medidas para prevenir e combater situações de insegurança e violência escolar;
- II - Estabelecer prioridades de intervenção e parcerias com entidades da administração pública;
- III - Monitorar e acompanhar medidas de segurança escolar;
- IV - Monitorar sistemas de vigilância das escolas;
- V - Implementar programas de segurança em articulação com órgãos públicos;
- VI - Desenvolver procedimentos e recursos para solucionar problemas identificados pelas escolas;
- VII - Realizar visitas e reuniões com a comunidade escolar;
- VIII - Oferecer formação sobre segurança escolar para servidores das escolas;
- IX - Promover exercícios simulados periódicos;
- X - Manter cooperação com estruturas de segurança escolar;

Parágrafo único. São princípios desta Lei a prevenção e o desenvolvimento da cultura da não violência.

Art. 3º É orientado a delimitação de área de segurança escolar com raio mínimo de 100 (cem) metros dos portões das escolas, devendo ser sinalizada adequadamente.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº86/25 CS, DE 04 DE JUNHO DE 2025

Art. 4º A ação do Poder Público compreende:

- I - Controlar e registrar o acesso às escolas com câmeras ou outros meios;
- II - Fiscalizar o comércio ambulante e coibir produtos ilícitos;
- III - Adequar espaços públicos próximos às escolas, com:
 - a) Iluminação pública;
 - b) Pavimentação e manutenção de calçadas;
 - c) Poda de árvores e limpeza de terrenos;
 - d) Controle de terrenos baldios e prédios abandonados;
 - e) Retirada de entulhos;
 - f) Manutenção de sinalização de trânsito;
- IV - Reprimir jogos de azar e eletrônicos com valores;
- V - Controlar acesso de crianças e adolescentes a:
 - a) Substâncias químicas e inflamáveis;
 - b) Fogos de artifício;
 - c) Bebidas alcoólicas;
- VI - Regular vias ao redor das escolas com:
 - a) Limites de velocidade;
 - b) Sinalização adequada;
 - c) Medidas definidas com a comunidade.

Art. 5º O Poder Público promoverá ações preventivas à violência em parceria com escolas, Associações de Pais e Mestres e comunidade.

Art. 6º O Executivo poderá aplicar sanções ou representar aos órgãos competentes contra infratores desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Subtenente Clésio
Vereador



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº86/25 CS, DE 04 DE JUNHO DE 2025

Justificativa

A preocupação com a vulnerabilidade das crianças e dos jovens na escola sempre foi motivo de preocupação de pais e gestores. Seja nas unidades localizadas no que os especialistas chamam de áreas de risco, seja em escolas situadas em bairros considerados seguros, há sempre o temor de furtos, danos ao patrimônio e abordagem dos alunos por traficantes.

A crescente preocupação com a segurança no ambiente escolar exige normas claras para garantir a integridade física e emocional de alunos, professores e demais envolvidos. O presente Projeto de Lei visa estabelecer diretrizes que auxiliem o município de Formosa na construção de um ambiente educacional seguro e acolhedor, combatendo a violência e promovendo a cultura de paz.

Por fim, este Projeto coaduna-se com o princípio constitucional da ampla competência do Poder Legislativo e da competência concorrente sob o tema da educação e segurança pública.

E, sendo assim, entendo ser do interesse para o Município a aprovação do presente projeto de lei, motivo pelo qual submeto os seus termos ao juízo de Vossas Excelências para análise e consequente aprovação.

Ante o exposto, peço aos pares a aprovação desta matéria.